

DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO DOS ENSINOS MÉDIO E TÉCNICO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

DJANE SANTIAGO DE JESUS; CARLA RENATA SANTOS DOS SANTOS;
GENICE DE JESUS SANTANA

IFBA

RESUMO

Atualmente é possível perceber grandes mudanças ocorridas tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Essas mudanças tecnológicas são características fundamentais da Era atual: a chamada “Era do Conhecimento”.

Nesse contexto, as criações do intelecto humano se expandiram de forma que tornou-se necessário à estruturação de um conjunto de direitos referentes a este bem intangível. Este conjunto de direitos, denominado Propriedade Intelectual, incide na posse do inventor por sua criação, impedindo que a mesma seja apropriada por outro sem que o inventor receba qualquer valor.

O crescimento da importância da Inovação e Propriedade Intelectual no país pode ser notada diante da grande preocupação em regular leis relacionadas ao tema, bem como com a implementação de programas e políticas de apoio à inovação tecnológica, de forma que o país possa atingir um patamar mais elevado em relação ao seu desenvolvimento econômico e social, gerando riquezas, oriundas das tecnologias desenvolvidas pelos principais agentes empreendedores do ramo tecnológico no país (instituições de ensino e pesquisa, pequenas médias e grandes empresas). Entretanto, existem alguns aspectos que acabam por provocar dificuldades para o alcance desses objetivos, como, por exemplo, o desconhecimento e a desmotivação que acarretam em desinteresse por parte dos pesquisadores, no que diz respeito às Instituições de ensino e pesquisa. Diante do contexto, o Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia NIT/IFBA, buscou identificar o perfil dos pesquisadores e estudantes da Instituição, objetivando o desenvolvimento de uma metodologia para disseminar e popularizar a cultura de propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, bem como fomentar a interface entre a Academia, Sociedade e Empresa.

Palavras-chave: Inovação, Propriedade Intelectual, Sensibilização

1. INTRODUÇÃO

Atualmente é possível perceber grandes mudanças ocorridas tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Essas mudanças tecnológicas são características fundamentais da Era atual: a chamada “Era do Conhecimento”.

Nesse contexto, as criações do intelecto humano se expandiram de forma que tornou-se necessário à estruturação de um conjunto de direitos referentes a este bem intangível. Este conjunto de direitos, denominado Propriedade Intelectual, incide na posse do inventor por sua criação, impedindo que a mesma seja apropriada por outro sem que o inventor receba qualquer valor.

Tais criações têm trazido muitos benefícios para a sociedade em geral e, nas últimas décadas, foi possível perceber transformações muito significativas, principalmente nas áreas de fármacos, engenharia, biotecnologia, informática, entre outros, e a principal fonte geradora de conhecimento científico e tecnológico, que origina essas criações, são as instituições de

ensino e pesquisa. Entretanto, a Cultura de Propriedade Intelectual e Inovação no Brasil encontra-se num estado emergente, onde ainda é identificada a carência de um maior conhecimento por parte dos pesquisadores e estudantes acerca de determinados assuntos, necessitando, desta forma, de um programa de incentivo voltado para os mesmos no âmbito das Instituições Tecnológicas de Ensino.

O presente artigo tem como foco central mostrar uma iniciativa em torno da Educação em Inovação e Propriedade Intelectual, cuja finalidade primordial é estimular a cultura dos temas em questão jovens estudantes dos níveis médio e técnico, bem como pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Inovação e Propriedade Intelectual

O desenvolvimento econômico, atualmente, está baseado na capacidade dos países de gerarem, apropriarem-se e aplicarem o conhecimento na geração e distribuição de riquezas BUAINAIM et al (2007). A aplicação desses conhecimentos no processo produtivo, objetivando a criação de um novo produto e/ou um novo processo, de forma a contribuir para elevar o nível de lucratividade da Organização, qualquer que seja ela, denomina-se Inovação. Inovar significa de trabalhar em busca de um método acabado que possibilite o reconhecimento, bem como a satisfação da necessidade de uma sociedade. Todo processo de inovação tecnológica acaba por desencadear uma alteração pela assimilação econômica dos resultados pelo valor da inovação relacionada à sua entrada no mercado. Nesse contexto, a Propriedade Intelectual surge como um aspecto de grande relevância no tocante à proteção e valorização desses bens intangíveis.

A Propriedade Intelectual é um assunto amplo que foi sendo desenvolvido e adequado ao passar dos anos e, de acordo com os interesses não só do criador em proteger o ativo intangível (criação), mas também ao governo e a sociedade em geral, onde a tecnologia passa a ser um fator estratégico, como afirma Pimentel (2005):

A tecnologia é estratégica por que otimiza o uso dos insumos e matérias-primas de forma racional dentro do quadro de esgotamento de muitas fontes naturais, é estratégica por que agrega valor em serviços, é estratégica por que permite um diferencial na concorrência empresarial, é importante para a sociedade por que permite encontrar soluções necessárias, como, por exemplo, medicamentos para enfermidades antes incuráveis, alimentos mais saudáveis, comunicações, transportes, etc. Pimentel (2005, p.12)

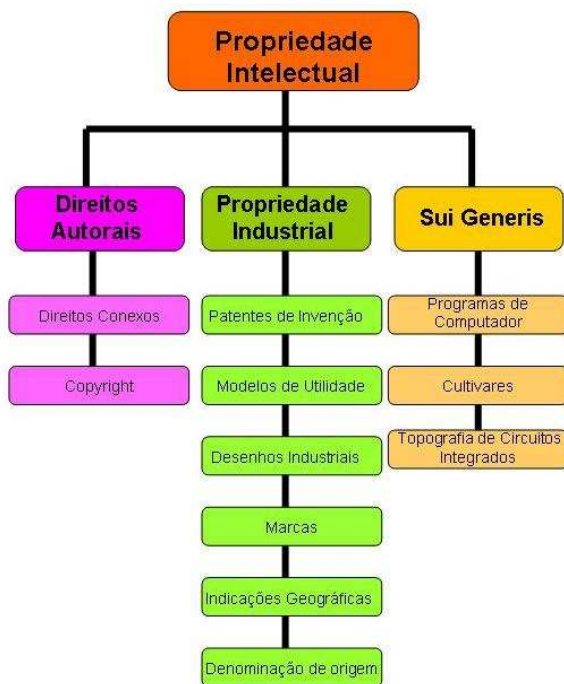
Assim, a propriedade intelectual pode ser definida como um [...] mecanismo que visa proteger quanto ao uso indevido, o uso não autorizado, as criações do intelecto humano nos campos científico, tecnológico, literário e artístico. (CARDOZO, 2005, p.50).

2.2 Estrutura da Propriedade Intelectual

A Propriedade Intelectual, conforme a figura 1, pode ser dividida em três categorias: Direito Autoral, Propriedade Industrial e Sui Generis.

Figura 1 – Estrutura Legal da Propriedade Intelectual





Direitos Autorais, conforme Jesus, Santos e Santana (2008), são outorgados aos autores de obras literárias, artística ou científica. Esses direitos são classificados em morais (aqueles considerados irrenunciáveis e intransferíveis) e patrimoniais (os que poderão ser usufruídos por terceiros, isto é, podem ser transferidos através de cessão, venda, licença ou qualquer outra modalidade de exploração econômica de sua obra por terceiro). Copyright é um direito à cópia ou direito de reprodução; já os direitos conexos, são dos artistas intérpretes, produtores de fonogramas e gravações e dos produtores de rádio e televisão.

Sui Generis é a utilização do patrimônio através do conhecimento tradicional associados a biodiversidade e são classificados em: Cultivares, Programas de Computador, Topografia de Circuitos Integrados.

A Propriedade Industrial é o segmento da propriedade Intelectual que trata dos assuntos referentes às Patentes (invenções, certificados de adição, modelos de utilidade), desenhos industriais, segredos de negócio, nomes de domínios, marcas, certificações, repressões às concorrências desleais, bem como falsas indicações geográficas.

A Patente é um título temporário de propriedade Intelectual conferido pelo Estado, objetivando exploração econômica por um período limitado, pode ser classificada de dois tipos: Patente de Invenção e Patente de Modelo de Utilidade; Já Marca é conceituado como todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços de outros análogos, de procedência diversa, bem como certifica a conformidade dos mesmos com determinadas normas ou especificações técnicas; Desenho Industrial é a forma plástica ilustrativa de um objeto que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado novo e original na sua configuração externa, bem como possa servir de tipo de fabricação industrial; Já Indicação Geográfica é um sinal distintivo de comércio que constitui o nome de uma região, de um local determinado conhecido como centro de produção, transformação, extração ou elaboração de um determinado produto ou prestação de um determinado serviço (JESUS, SANTOS E SANTANA, 2009).

O crescimento da importância da Inovação e Propriedade Intelectual no país pode ser notada diante da grande preocupação em regular leis relacionadas ao tema, bem como com a implementação de programas e políticas de apoio à inovação, de forma que o país possa atingir um patamar mais elevado em relação ao seu desenvolvimento econômico e social, gerando riquezas, oriundas das tecnologias desenvolvidas pelos principais agentes empreendedores do ramo tecnológico no país (instituições de ensino e pesquisa, pequenas médias e grandes empresas). Entretanto, existe alguns aspectos que acabam por provocar dificuldades para o alcance desses objetivos, como, por exemplo, o desconhecimento e a desmotivação que acarretam em desinteresse por parte dos pesquisadores, no que diz respeito às Instituições de ensino e pesquisa.

Stal, Plonsky e Fujino (1999) já haviam constatado, a partir de uma pesquisa desenvolvida em uma Universidade brasileira, que o desconhecimento sobre o assunto por grande parte dos pesquisadores contribui para acirrar conflitos latentes entre os grupos pró e os grupos contra a inserção da universidade na exploração econômica das patentes. Além disso, segundo os autores, existe uma grande desmotivação por parte de quem detém conhecimentos acerca da propriedade intelectual por causa da falta de uma política de propriedade intelectual na instituição com clara delimitação de responsabilidades e deveres de ambas as partes (universidade/ pesquisador).

Diante do contexto, o Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia NIT/IFBA, buscou identificar o perfil dos pesquisadores e estudantes da Instituição, objetivando o desenvolvimento de uma metodologia para disseminar e popularizar a cultura de Inovação e Propriedade Intelectual, bem como fomentar a interface entre a Academia, Sociedade e Empresa.

2.3 Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – NIT/IFBA

Conforme a Lei de Inovação, Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, NIT é um Núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação. Os Núcleos de Inovação Tecnológica surgiram por causa da detecção dos principais atores sociais na geração de conhecimento e tecnologia situados nas instituições científicas e tecnológicas e da grande necessidade de proteger as inovações geradas neste âmbito.

A idéia de implantar um Núcleo de Inovação Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia partiu, conforme mencionado acima, diante da necessidade de otimizar as potencialidades da Instituição na área tecnológica, bem como para atender à Lei de Inovação (Lei 10.973, de 02 de dezembro de 2004). O Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, NIT/IFBA, surge em 2005, a partir da aprovação e designação de recursos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico), FAPESB (Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado da Bahia). E FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos). Integrante da Rede NIT NE – Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Nordeste, que atualmente é composta por oito Universidades Federais, três Universidades Estaduais, nove Institutos, quatro incubadoras e um Sistema (Senai/CIMATEC) – O NIT/IFBA tem sua sede localizada no campus IFBA/Salvador, mas atende a todos os Campi do Instituto espalhados pelo estado da Bahia.

Tendo como missão “Gerir a política de Inovação do Instituto Federal da Bahia, disseminando, estimulando, promovendo e acompanhando ações relacionadas à Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica , contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país”, o Núcleo de Inovação Tecnológica do IFBA, o NIT/IFBA tem como objetivos principais:

- Difusão de cultura sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica;
- Fomentar e fortalecer as parcerias do IFBA com órgãos governamentais, empresas e sociedade;
- Elaboração de material didático-pedagógico sobre Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual;
- Promover e orientar para que haja uma adequada proteção das inovações geradas pela comunidade interna e externa (patentes, marcas, direitos autorais, legislação, transferência de tecnologia, e questões relacionadas);
- Acompanhar o processo dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IFBA.
- Estimular a criação de empresas de base Tecnológica;
- Apoiar e acompanhar a transferência de tecnologia e a exploração econômicas de inovações;

3. Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho e elaboração de uma metodologia para disseminação da cultura de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica no IFBA foi de caráter exploratório, utilizando métodos quantitativos e qualitativos, onde foi realizado um levantamento, através de análise documental (nos Relatórios de Gestão Institucional e na base de dados do Currículo Lattes do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), através do qual foi determinado o perfil dos pesquisadores e estudantes do Instituto, bem como a identificação de deficiências relacionadas à divulgação da importância da proteção das inovações por parte dos inventores, além da carência na elaboração de publicações que objetivasse tratar didaticamente de assuntos referentes à Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica. A partir da análise das informações obtidas e das necessidades, bem como com a realização da análise das informações e, com o intuito de sanar as necessidades encontradas, foi elaborado um Programa de Sensibilização da Cultura de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica voltadas para pesquisadores e estudantes do IFBA.

4. CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento do Programa de Sensibilização da Cultura de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica voltadas para pesquisadores e estudantes do IFBA, foi possível o alcance dos seguintes resultados:

- Sensibilização de 300 pessoas acerca da Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica, alcançando 06 municípios da Bahia e campi do IFBA (Salvador, Valença, Simões Filho, Santo Amaro, Camaçari e Catu) com a realização do Workshop Itinerante, um evento interativo constituído de palestras, oficinas criativas e exposição de quadros informativos;
- Desenvolvimento de duas revistas em quadrinhos, em forma de gibi, tratando dos temas marcas, biopirataria, patentes entre outros. Estas revistas são voltadas para os jovens, objetiva transmitir o conhecimento de forma lúdica e descontraída;
- Elaboração de um módulo Técnico, conforme figura 2, sobre Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica para os ensinos médio e técnico e tem como finalidade a inserção do tema de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica como tema transversal nas disciplinas tradicionais, inserindo-se, desta forma, no cotidiano dos discentes da Instituição;
- Desenvolvimento de folders individuais para cada tema da Propriedade Industrial (Patentes, Marcas, Programa de Computador, Direitos Autorais, Desenho Industrial), de forma a proporcionar aos pesquisadores, alunos e demais interessados informações preliminares, bem como estimular o interesse acerca do tema;
- Exposição Itinerante “ INOVA IFBA”, uma exposição composta por quadros informativos e ilustrativos com temas atuais relacionados à Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual.
- Qualificação de 100 pessoas através do desenvolvimento de minicursos na área de busca de patentes, valoração de tecnologias, patentes na área de alimentos.
- Elaboração de uma metodologia para disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica em uma Instituição de ensino, que poderá ser estendida a cada Instituição, considerado e respeitando, a cultura e necessidade de cada uma delas.

Os resultados preliminares obtidos durante o desenvolvimento deste trabalho mostraram a importância do papel do NIT/IFBA junto aos produtores de conhecimento, apresentando-o como uma entidade intermediadora para o processo de Inovação Tecnológica do Instituto. Observa-se que, após as ações estabelecidas pelo NIT/IFBA, o portfólio de Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica da Instituição tem mostrando um crescimento significativo,

principalmente no tocante a depósitos de pedidos de patentes, registros de marcas, direitos autorais e Transferência de Tecnologias.

Acredita-se que, o processo de Inovação está intimamente relacionado com o sistema de Propriedade Intelectual, o que torna a disseminação dessa cultura um fator chave para o desenvolvimento tecnológico do país.

referências

BUAINAIN, Antonio Marcio et al. Propriedade intelectual e inovação tecnológica: temas para o debate atual. Conhecimento & Riqueza - Contribuição do Fórum Sul para o Debate Sobre uma Política Nacional de Inovação Tecnológica. 1 ed. Florianópolis - SC: Instituto Stela, 2007, v. , p. 89-96.

CARDOZO, Artur Câmara. Uma visão político-econômica da propriedade intelectual histórico e tendências. 8º Encontro de Propriedade Intelectual e Comercialização de Tecnologia, Rio de Janeiro, 2005.

FUJINO, A.; STAL, E.; PLONSKI, G.A A proteção do conhecimento na universidade. Revista de Administração. São Paulo, v.34, n.4, p.46-55, out./dez.1999.

JESUS, Dinae Santiago de; SANTOS, Carla Renata Santos dos Santos; SANTANA, Genice de Jesus. Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual. Salvador, Volume 1, 2008.

Lei de Inovação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em 23 de julho de 2009.

PIMENTEL, Luis Otávio. Propriedade Intelectual e Universidade: aspectos legais. Florianópolis. Fundação BOITEUX, 2005.